

ACTA N.º 26
SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA
REALIZADA NO DIA 29 DE JUNHO DE 2001

De acordo com a Lei 169/99 de 18 de Setembro, artigo 92, parágrafo 1 ("De cada reunião ou sessão é lavrada acta, que contém um resumo do que de essencial nela se tiver passado, indicando, designadamente a data e o local da reunião, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas, e a forma e resultado das respectivas votações e, bem assim, o facto de a acta ter sido lida e aprovada."), aos vinte e nove dias do mês de Junho de dois mil e um, nesta vila de Borba e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu pelas vinte e uma horas, em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO UM: Antes da Ordem do Dia:

UM PONTO UM: Aprovação das actas números, vinte e três, vinte e quatro e vinte e cinco

UM PONTO DOIS: Leitura de expediente

UM PONTO TRÊS: Outros assuntos gerais de interesse para o Município

PONTO DOIS: Ordem do Dia

DOIS PONTO UM: Primeira Revisão Orçamental

DOIS PONTO DOIS: Pedido de Autorização para Execução de Obras por Administração Directa

DOIS PONTO TRÊS: Alteração ao Plano Director Municipal - Regime Simplificado

DOIS PONTO QUATRO: Pedido de Expropriação de parcela de terreno na zona Industrial do Alto dos Babelos

DOIS PONTO CINCO: Actividades da Câmara

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, procedeu à abertura da sessão e a secretária realizou a chamada, verificando-se a presença dos deputados Joaquim Miguel Bilro Manguinhas, Ângelo João Guarda Verdades de Sá, Carlos Manuel de Almeida Cabral, António Joaquim Moura Lopes, Diogo Manuel Canhão Sapatinha, António Luís Canhoto Andrade, Joaquim Manuel da Silva Avó, Ivone da Conceição B. Espiguinha, Norberto João Figueiras Alpalhão, Maria Laura Crespo Alpalhão, António José Moura Proença, Paulo Nuno Mendanha Coxixo, Joaquim António Lopes Rézio, Celestino António Zorro, Vicente Manuel Ameixa Ermitão, António José Barroso Paixão.

Registaram-se as ausências dos deputados Joaquim Manuel Cardoso, Maria João Barroso Lopes e Artur João Rebola Pombeiro.

O senhor **Presidente da Assembleia**, antes de dar início ao Período antes da Ordem do Dia, comunicou à Assembleia a justificação de falta da deputada Maria João Lopes (anexo 1), e o pedido de substituição do deputado senhor Joaquim Cardoso (anexo 2), pelo senhor Eduardo Lopes, que após ter prestado juramento, tomou posse.

Um - Antes da Ordem do Dia

Um ponto um - Aprovação da acta vinte e três

O senhor **Presidente da Assembleia**, deu a palavra ao deputado senhor Joaquim Manguinhas, que apesar de achar difícil a transcrição do texto oral para o escrito, disse considerar que muitas das suas intervenções são proferidas com uma certa intenção, que depois não é transcrita em acta.

Como não houve mais intervenções, a acta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria com quinze votos a favor e duas abstenções.

Aprovação da acta vinte e quatro

Foi dada a palavra ao deputado senhor **Joaquim Rézio**, que pediu que na sua intervenção, página quatro da respectiva acta, constasse somente a palavra "irregularidades", ao invés de "irregularidades /ilegalidades".

Como não houve mais intervenções, a acta foi colocada à votação tendo sido aprovada por maioria com catorze votos a favor e três abstenções.

Aprovação da acta vinte e cinco

Como não houve nenhuma intervenção, a acta foi colocada à votação tendo sido aprovada por maioria com quinze votos a favor e duas abstenções.

Um ponto dois - Leitura de expediente

A secretária, senhora **Ivone Espiguinha**, procedeu à leitura da correspondência recebida e expedida pela Assembleia Municipal, conforme relação anexa no final desta acta (anexo 4)

O senhor **Presidente da Assembleia**, apresentou desculpas pelo facto da data da lei cento e sessenta e nove barra noventa e nove, constante na Convocatória da Assembleia estar incorrecta, pois ao invés de ser dezoito de Novembro, a data correcta será dezoito de Setembro.

Um ponto três- Outros assuntos gerais de interesse para o Município

O deputado senhor **Joaquim Manguinhas**, em nome dos eleitos da CDU, apresentou uma Moção referente à morte do senhor Talhinhos, a qual se anexa no final desta acta (anexo 5), tendo sido aprovada por unanimidade.

O senhor **Presidente da Assembleia**, interveio, levantando uma questão que se prende essencialmente com a dignificação do papel de cada um na Assembleia, e que tem a ver com um Comunicado, que foi distribuído por mão à população de Borba, intitulado "PS e PSD votam contra a luta dos trabalhadores na Autarquia", considerando-se atingido intencionalmente como Presidente da Assembleia Municipal. Para o efeito, achou por bem, apresentar um esclarecimento à Assembleia, antes do mesm

O deputado senhor **Joaquim Rézio**, referindo-se ao anexo seis da acta vinte e quatro, ou seja, à declaração de voto da CDU, leu o primeiro parágrafo da mesma e dirigindo-se aos eleitos da CDU, disse que o termo aliança sinistra é demasiado ofensivo politicamente para quem quer viver num País democrático, achando que deveriam ter meditado melhor nas palavras.

O deputado senhor **Joaquim Miguel**, perante as razões que possam existir ou não, pensa que o senhor Presidente da Assembleia não é assim tão isento quanto quer fazer parecer naquela Assembleia, pois esta declaração não é mais que uma série de declarações de voto que deveria ter feito na altura, e não fez. Terminou a sua intervenção, dizendo que o senhor Presidente da Assembleia perante o documento da CDU, responde também politicamente, aproveitando o facto de ser Presidente da Assembleia, para o fazer naquele momento.

O senhor **Presidente da Assembleia** tomou a palavra, para dizer que na altura em que votou, apesar de não ter dito que era uma declaração de voto, isso com certeza que consta em acta, dizendo que em caso de dúvida, poderiam recorrer às gravações.

Foi dada a palavra ao deputado senhor **Carlos Cabral**, que disse que a questão central se baseava no facto do Comunicado faltar ou não à verdade, ao acusar o senhor Presidente da Assembleia de utilizar muitas vezes o voto de qualidade. Relativamente à declaração de voto da CDU constante na acta vinte e quatro,

disse recusar-se a comentar.

O deputado senhor **Moura Lopes**, interveio, referindo-se ao facto do senhor Presidente da Assembleia ter afirmado que "despiu a camisola" do partido, assumindo uma postura institucional: para gerir conflitos, para encontrar as melhores soluções, para encontrar consensos. Terminou a sua intervenção, dizendo que a declaração que apresentou, não é mais que a posição do Partido Socialista, negando na prática o que anteriormente afirmou.

O deputado senhor **Joaquim Manguinhas**, acrescentou tratar-se de um déficite democrático, não havendo nada de pessoal nestas questões. Terminou, dizendo que dever-se-ia ter utilizado outra metodologia, alertando para o facto de já ter chamado a atenção para não se trazerem os "truques" da política nacional, para Borba.

O deputado senhor **Carlos Cabral**, referindo-se ao segundo e terceiro parágrafo da Declaração de Voto dos Eleitos da CDU, "Argumentar que não se compreende o texto da Moção (texto simples e claro) é manifestação de hipocrisia política, dificuldades de entender o texto em português (aliteracia) e inqualificável aleivosia ética. Estes atributos cabem, muito claramente, ao senhor presidente da Assembleia Municipal -inequivocamente o pior Presidente do Poder Local Democrático em Borba - que utilizando o voto de qualidade, contribuiu para a rejeição da moção", disse que lhe custa crer que uma força política assine um texto destes, dado que até ao momento as relações pessoais tem sido boas. "O eleitos da CDU subscrevem comunicados deste tipo?"

PONTO DOIS - ORDEM DO DIA

Ponto dois ponto um - Primeira Revisão Orçamental

Estando todos os membros na posse da acta treze barra dois mil e um (anexo 7), o senhor Presidente da Câmara começou por informar à Assembleia, que o técnico que preparou todo este trabalho foi requisitado para um outro serviço público, sendo esta a sua última intervenção enquanto técnico da Câmara Municipal na Assembleia. Passou então a palavra ao Doutor Oliveira, que disse que esta revisão pressupunha um aumento de duzentos e trinta e nove mil contos, quer na despesa quer na receita. Registou-se um aumento no Pessoal de cento e vinte e quatro mil contos, que se deve sobretudo não só aos aumentos salariais que não foram contemplados aquando da elaboração do orçamento, como também à reestruturação de carreiras, à abertura de novos concursos, etc. Continuando a sua explicação, disse estar previsto um aumento de vinte e quatro mil contos em relação a encargos financeiros e amortizações de capital, facto que se deve sobretudo à oscilação dos mercados. Acrescentou existir também um aumento das verbas para a Festa da Vinha e do Vinho, isto em despesas de capital, uma vez que estas despesas realizadas em Novembro/Dezembro, têm que ser cabimentadas nessa altura, recabimentadas em Janeiro, e só depois serão pagas. Dando continuidade à sua intervenção, disse ainda que a contrapartida na Receita é conseguida através da introdução das verbas transferidas no Orçamento de Estado, que foram consignadas para a capacidade financeira mínima ao funcionamento das Autarquias. Adiantou, que na venda de bens de investimento, estavam previstos no Orçamento à volta de trinta e um mil contos, tendo já recebido cerca de quarenta e sete mil contos. Concluiu a sua intervenção, dizendo que em termos gerais, o pessoal registou apenas um aumento de três pontos em relação ao orçamento inicial, ou seja, não é uma verba considerável. Quanto às despesas de capital, referiu sobretudo o Loteamento do Bairro Primeiro de Maio, que origina despesas de quinze mil contos em infraestruturas, e referiu a Festa da Vinha e do Vinho.

Foi dada a palavra ao deputado senhor **Joaquim Rézio**, que iniciou a sua intervenção, dizendo que seria importante que quando houvesse uma revisão orçamental, pudesse haver uma coluna sobre o que foi o orçamento, e sobre a rectificação ou proposta de rectificação, tornando mais clara a apresentação dos números a todos os deputados. Relativamente ao que fora dito pelo Doutor Oliveira à cerca do aumento dos salários, disse que supunha que certamente se poderiam basear, segundo os dados previstos pelo

Governo e pelo Instituto Nacional de Estatísticas, na inflação aproximada. Acrescentou ter algumas dúvidas em relação à rubrica pessoal, em que estão orçamentados quatrocentos e dezoito mil contos, havendo cento e noventa e dois mil contos gastos no mês de Maio. Pretendendo que a sua intervenção seja encarada como um pedido de esclarecimento e não como uma crítica, disse não saber como é que são feitas as contas relativamente ao subsídio de férias e de Natal, ou seja, se um doze avos mensalmente de cada uma dessas rubricas é ou não considerada no orçamento para haver dotação, pois verificou que, mesmo que já esteja considerado como custo executado de cento e noventa e dois mil contos, deveriam ter no final de Maio, cento e sessenta e cinco mil contos de despesa, ao invés dos cento e noventa e dois mil contos, significando que já gastaram quarenta mil contos a mais em cinco meses, do que ao que deveriam ter gasto.

O deputado senhor **Carlos Cabral**, interveio, pretendendo ser esclarecido sob o ponto de vista técnico, relativamente ao facto de saber se dos sessenta e quatro mil contos de despesas de pessoal, quarenta e dois mil contos pertencerem a despesas de pessoal a termo certo. A segunda questão relacionou-se com a Festa da Vinha e do Vinho, dizendo que para além do valor apresentado, terá que se somar cinquenta mil contos que foram orçamentados à cerca de seis meses para este ano, perfazendo assim, um valor orçamentado com esta revisão, de oitenta e sete mil e quinhentos contos para esta rubrica. Relativamente à última questão que colocou, e que tem a ver com o ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, disse que, havendo um pedido de autorização directa para o Jardim Público, na ordem dos duzentos e vinte mil contos de obras de administração directa no orçamento aprovado há seis meses, estando cinquenta mil contos definidos e cinquenta mil contos a definir, dos quais trinta e sete mil contos são fundos comunitários e doze mil contos da Câmara Municipal, pretende saber, no caso de não haver nenhuma revisão orçamental referente ao Jardim Público, como é que depois se apresenta uma obra por administração directa no valor de duzentos e vinte e seis mil contos.

Foi dada a palavra ao **Doutor Oliveira**, que tentando responder às questões relacionadas com o pessoal e que foram colocadas pelo deputado senhor Rézio, disse que não foi contemplado nenhum aumento previsto, em virtude da inflação, porque fecham primeiro o orçamento com base no POCAL, prevendo este programa apenas as despesas consideradas certas, ou seja, só quando se conhecerem os aumentos é que se faz a rectificação do orçamento. Os cento e noventa e dois mil contos, representam simplesmente um sexto, ou seja, não se está a entrar em linha de conta com os duodécimos dos subsídios, se se dividir o valor por cinco e multiplicar por catorze, chega-se a um valor muito perto do que é apresentado, quinhentos e quarenta e um mil contos, porque quatrocentos e dezoito mil, eram os originais de orçamento. Terminou a sua intervenção, dizendo que ao mesmo tempo que não se levou em atenção os valores do aumento a nível da despesa, na elaboração do orçamento, também não se levou em conta o valor previsível do aumento da receita tendo em atenção as verbas distribuídas para o orçamento de Estado, verificando-se assim uma contrapartida nesses dois itens.

O deputado senhor **Joaquim Rézio**, chamou mais uma vez a atenção para o facto das despesas correntes terem sido em dois mil, superiores às receitas correntes em cinquenta e um mil contos, ficando o endividamento em quinhentos e tal mil contos, crescendo ainda os cento e setenta e dois mil contos de pagamentos que não estavam efectuados a fornecedores na data exacta, não entendendo porque é que não se muda a política de contenção de despesas em relação às receitas.

Foi dada a palavra ao **Doutor Oliveira**, que informou que a receita corrente será de setecentos e sessenta e um mil contos, conforme está previsto, relativamente às questões colocadas pelo deputado senhor Carlos Cabral, disse que existiam quarenta e dois mil e quinhentos contos para contratos a termo certo, mas que o total de aumento das despesas com pessoal, seria de cento e vinte e quatro mil contos, aplicando-se estes quarenta e dois mil contos, dado que houve contratos elaborados em Novembro/Dezembro e que têm uma fase que não foi abrangida pelo orçamento, tendo que ser rectificadas nesta altura. Em relação à Festa da Vinha e do Vinho, as verbas são cabimentadas duas vezes, havendo uma duplicação de registos. Quanto ao Jardim Municipal, a verba que é pedida para as obras por administração directa é só de cinquenta mil contos, prende-se com o facto da obra ser plurianual e quando se faz uma candidatura, é necessário que se peça o valor da obra na totalidade, contudo o que será

executado este ano serão há volta de cinquenta mil contos, sendo o restante valor, cabimentado no próximo ano.

O deputado senhor **Joaquim Rézio**, reafirmou a sua dificuldade em compreender toda esta situação, pois o facto de se gastar uma determinada quantia, numa determinada festa, isso não terá que influenciar o ano seguinte em termos contabilísticos analíticos, pois a mesma despesa não se pode colocar duas vezes, achando que deveria existir um controlo neste aspecto. Relativamente à gestão de custos de pessoal, acrescentou estar numa situação péssima, pois se os subsídios do Quadro Comunitário de Apoio, se acabarem, o dinheiro não irá chegar. Terminou a sua intervenção, dizendo que a sua intervenção não foi uma crítica destrutiva, mas sim um pedido de esclarecimento.

O senhor **Presidente da Câmara**, relativamente à Festa da Vinha e do Vinho, disse que os membros da Assembleia tinham em seu poder o custo total de todas as Festas da Vinha e do Vinho desde que elas se iniciaram, e que a festa tem estado dotada pela totalidade, de modo a que se possam fazer todas as requisições no ano em que ela se realiza, embora os pagamentos não se façam nesse ano mas sim com o novo orçamento, também ele suficientemente dotado, processo esse que é cíclico, e que não acarreta mais despesas por ser feito dessa forma. Relativamente às despesas de pessoal, disse que esta revisão orçamental incidia sobretudo num reforço de praticamente setenta por cento nas rubricas de pessoal. Referiu o facto das Autarquias terem mais responsabilidades, sentindo dessa forma a falta de pessoal, sobretudo de pessoal especializado. Terminou a sua intervenção, dizendo que a postura orçamental actualmente utilizada pela Autarquia, é perfeitamente justificada.

Como não houve mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia colocou a primeira Revisão Orçamental à votação, tendo sido aprovada com nove votos a favor, cinco votos contra e três abstenções.

Depois de um curto intervalo, retomou-se a ordem de trabalhos, com o **ponto Dois ponto dois - Pedido de Autorização para execução de Obras por Administração Directa.**

Estando todos os membros da Assembleia, na posse da acta doze barra dois mil e um (anexo 8), o senhor Vereador Serra, perante o pedido exposto, disse que o mesmo se referia a duas obras, uma referente ao projecto de ampliação do Jardim Municipal no parque temático dos mármore, em que a forma de execução proposta, é a Administração Directa, estimada em cento e cinquenta e seis mil contos, com recurso à empreitada, no valor de setenta e seis mil e oitocentos contos. Dentro da Administração directa, estão trabalhos relacionados com drenagem, esgotos, arranjos paisagísticos, entre outros, enquanto que os trabalhos previstos por empreitada, prendem-se com a recuperação do edifício dos antigos balneários do campo de futebol, a antiga central eléctrica, uma

proposta de adaptação a um espaço lúdico e todo o equipamento para electrificação do Jardim. Referiu que o prazo de execução previsto para a sua execução, se estende por um ano, estando previsto para este ano uma primeira fase de intervenção sobre o Jardim já existente. O outro projecto, é o projecto de valorização do Castelo de Borba, que contempla para além da iluminação, o calcetamento dos arruamentos no interior do Castelo, a melhoria da rede de águas e esgotos, a recuperação do Largo na Zona do Centro de Saúde, sendo a proposta que avançam em termos de candidatura, a de Administração Directa, podendo durante a sua execução alguma parte desta Administração Directa, reflectir-se como recurso à empreitada.

O deputado senhor **Diogo Sapatinha**, interveio, dizendo seria importante conhecer o projecto do Jardim Municipal para poder votar, pois desconhece por completo em que consiste.

Foi dada a palavra ao deputado senhor **Joaquim Rézio**, que pretendeu saber se nesta Administração Directa, estavam envolvidos todos os custos, incluindo materiais, etc.

O deputado senhor **Joaquim Manguinhas**, fez referência ao facto de já ter sido exposto um esboço do projecto, acrescentando que o mais provável de ter acontecido, foi a ausência nessa sessão, do deputado senhor Diogo Sapatinha. Terminou a sua intervenção, dizendo que independentemente disso, arranjar o

Jardim Municipal é uma das prioridades em Borba, sendo para isso necessário arranjar um projecto, e o respectivo financiamento, que é o que a Câmara está a fazer através desta proposta.

O deputado senhor **Carlos Cabral**, pediu a palavra para saber, e dado que é uma obra para candidatar a Fundos Comunitários, qual é a comparticipação da Câmara Municipal na obra em geral em termos percentuais, ao que lhe foi respondido que seria trinta por cento. Face a isto, frisou o facto de governar ser sempre optar por soluções e que no seu caso nunca optaria por um gasto desta natureza, comparativamente com as necessidades básicas que muitas obras requerem não só a nível da Sede de Concelho, como também a nível de Freguesias. O deputado senhor Carlos Cabral, fez também questão de referir que estando o Jardim no estado em que está, e não havendo condições para o preservar, muito menos condições haverá e mais caro ficará, tratar um espaço de maior dimensão.

O deputado senhor **Joaquim Manguinhas** discordou com a intervenção anterior, uma vez que o dinheiro gasto na obra do Jardim, não inviabiliza o investimento noutro tipo de obras. Acrescentou ainda, que gostaria de ver em Borba, um espaço verde, com arquitectura paisagística, infraestruturas modernas, equipamento actualizado, pois aquele espaço tem condições e potencialidades para tudo isso.

O deputado senhor **Carlos Cabral**, reafirmou a sua ideia de que Governar é sempre optar, e quando se está em presença de recursos escassos, optar implica uma visão política do futuro, lembrando que muitos problemas entre os quais a sede para uma Junta de Freguesia, ainda não foram resolvidos.

O deputado senhor **Joaquim Rézio**, reportando-se ao que fora dito pelo deputado senhor Joaquim Manguinhas, disse que de facto é importante investir num Jardim Público, tornando-o mais bonito e agradável, no entanto dever-se-á ter em atenção não só a dimensão das obras, dado que quanto maior for o volume de custo, maior será a participação da Câmara, como também os custos de manutenção, que daí advém.

O deputado senhor **Norberto Alpalhão**, interveio para dizer que em sua opinião se deveria primeiramente resolver os problemas que aquele jardim está a levantar em termos sociais.

O senhor **Vereador Serra**, explicou que o que está em causa não é o projecto do Jardim ou a sua prioridade, pois isso já foi deliberado pelo executivo camarário, mas sim a sua forma de execução. A segunda fase do Jardim, será a criação de um parque temático da Zona dos Mármore, que explicará todo o processo, desde a extracção do mármore até à sua transformação, num projecto mais envolvente também no âmbito turístico, sendo normal que esses equipamentos possam trazer depois as suas despesas de manutenção. Por outro lado, o projecto prevê também a criação de um parque infantil que é igualmente uma grande carência, e que trará também qualidade de vida à população. Terminou a sua intervenção, dizendo que as ETARS estão numa outra candidatura conjunta do Distrito de Évora, e que terá financiamento na ordem dos noventa por cento.

O deputado senhor **Proença**, chamou a atenção para a regra das prioridades, ou seja do que é efectivamente mais necessário à população do Concelho.

Não havendo mais intervenções relativamente a este ponto, o senhor Presidente da Assembleia, colocou-o à votação tendo sido aprovado com nove votos a favor, cinco votos contra e três abstenções.

Ponto dois ponto três: Alteração do Plano Director Municipal - Regime Simplificado (anexo 9)

O senhor **Vereador Serra** iniciou a explicação desta alteração, dizendo que a mesma se deve ao facto da carta de condicionantes do Plano Director Municipal de Borba, não se encontrar em conformidade com as cartas da RAN e da REN, todas aprovadas e registadas. A área afecta à Zona Industrial do Alto dos Bancelos, que tem um Plano de Pormenor aprovado, quando foi discutido o PDM e esse Plano de Pormenor já estava aprovado, não foi retirada a área da RAN e da REN, servindo esta alteração de Regime Simplificado, para corrigir essas duas cartas. Terminou a sua explicação, dizendo que todo este processo se arrastou no tempo, uma vez que as cartas foram para a DGOTDU, e a carta com que

trabalham nos Serviços Técnicos da Câmara Municipal, dentro do perímetro urbano, não tem REN nem RAN, sendo a área do Alto dos Babelos, uma área onde os condicionamentos já foram retirados, pois já possuem um Plano de Pormenor aprovado.

Não havendo mais intervenções, colocou-se o ponto à votação, tendo sido aprovado com quinze votos a favor e duas abstenções.

Ponto dois ponto quatro- Pedido de expropriação de parcela de terreno na Zona Industrial do alto dos Babelos (anexo 10)

Presente o requerimento da Câmara Municipal, ao abrigo do artigo décimo segundo da Lei cento e sessenta e oito barra noventa e nove, de dezoito de Setembro (Código das Expropriações), sobre a declaração de utilidade pública, para efeitos de expropriação da parcela de terreno com a área de vinte e cinco mil metros quadrados a desanexar do prédio rústico denominado "Cimo do bosque", com a área de noventa e três mil, duzentos e cinquenta metros quadrados, sito no Alto dos Babelos, freguesia da Matriz, concelho de Borba, inscrito na respectiva matriz rústica sob o artigo número cento e quarenta e um da secção F, descrito na Conservatória do Registo Predial de Borba com o número mil seiscentos e treze, a folhas trinta e seis, do Livro B - seis, uma vez que se torna necessária a parcela do prédio em causa para implementar o Plano de Pormenor da zona Industrial do Alto dos Babelos; o prédio em causa tem como proprietários Carlos Rodolfo Botelho Elias e mulher Leonor Teresa de Andrade Canning Clode Botelho Elias e Maria da Graça Botelho Elias; os encargos a suportar com a expropriação são previsivelmente três milhões de escudos, a cativar na dotação orçamental zero seis barra zero zero quatro um um zero; o referido Plano de Pormenor está publicado no Diário da República - Segunda Série, número dezassete, de vinte e um de Janeiro de mil novecentos e noventa e sete, sendo a área a destacar a ser ocupada com infraestruturas rodoviárias e lotes industriais destinados a equipamentos e serviços e transformação de mármore.

O referido requerimento está instruído com a correspondência trocada entre a Câmara Municipal e os proprietários do terreno, comprovativa da impossibilidade de aquisição por via do direito privado, bem como demais elementos referidos no citado artigo décimo segundo.

O deputado senhor **Joaquim Manguihas**, quis saber mais ou menos quanto tempo leva um processo destes de expropriação, ao que lhe foi respondido pelo senhor Presidente da Assembleia e pelo senhor Presidente da Câmara, que de acordo com a lei, a posse administrativa é imediata, no entanto tem que se ficar à espera que o tribunal resolva o assunto.

O senhor **Vereador Serra**, disse que com a declaração de utilidade pública, e com a autorização da Assembleia para a expropriação, a Câmara pode tomar posse administrativa. O Tribunal depois irá chamar os proprietários dos terrenos e confrontá-los com a expropriação, ou aceitam a proposta ou o Tribunal poderá rever a negociação entre a entidade expropriante e o expropriado, ficando no entanto estes três mil contos previstos, à ordem do Tribunal.

O senhor **Vereador Serra**, acrescentou que o processo de expropriação, não interrompe o processo de negociação, se a câmara chegar a acordo com os proprietários antes do juiz, pode sempre anular este processo.

O deputado senhor **Carlos Cabral**, disse não perceber se a última resposta que a Câmara Municipal enviou aos proprietários é uma tentativa de negociação, ou uma justificação, ao que o senhor Vereador Serra, respondeu que é uma tentativa de negociação, com vista a uma possibilidade de integração do proprietário com a Câmara Municipal no desenvolvimento do Plano de Pormenor e no loteamento.

O deputado senhor **Joaquim Manguihas**, apelou para que tivessem em consideração a discussão da presente Assembleia, e o modo como tudo se irá processar, tendo em atenção que se vai negociar por um preço que pode ser uma exorbitância, ao que o **Vereador Serra** respondeu que esta importância foi encontrada por avaliadores oficiais, experientes neste tipo de coisas.

Foi dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara**, que disse ter havido um grande esforço relativamente ao tratamento deste assunto, as avaliações foram feitas com o máximo de rigor de modo a que o juiz depois não possa fugir muito a este processo. Adiantou que não se consegue dar andamento a este processo, sem essa expropriação e sem este pequeno risco que é eventualmente o juiz poder ter uma capacidade de avaliar o trabalho de forma diferente, no entanto, da experiência que têm dos tribunais, e que recorrem a avaliadores credenciados, é que os resultados não andarão muito longe dos que estão ali apresentados.

O deputado senhor **Joaquim Rézio**, quis saber qual seria a atitude do executivo, se ao invés desses três mil contos que não passam de suposições, o juiz pedir um valor superior, exemplificando com o valor de trinta mil contos.

O senhor **Presidente da Câmara**, disse que os avaliadores se baseavam em parâmetros definidos pelas regras do mercado, e que seria muito pouco provável haver uma discrepância tão grande de valores.

O deputado senhor **Joaquim Rézio** retomou a palavra, dizendo que não era contra esta situação e até votaria favoravelmente, no entanto, o seu problema residia no facto de não haver alternativas, no caso da família não querer, e do Tribunal fixar o valor em muito mais, sendo da opinião que deveria haver um maior esforço na tentativa de se fazer um pré acordo com os proprietários actuais.

Foi dada a palavra ao deputado senhor **Norberto Alpalhão**, que apelou ao executivo camarário, que tratasse todos os casos de expropriações futuras, de interesse para o Concelho, da mesma forma como está a tratar este.

O senhor **Vereador Serra**, interveio, numa tentativa de explicação sintetizada de todo o processo, dizendo que o mesmo se iniciou há mais de dois anos, em negociações directas com os proprietários, sendo o Doutor Carlos Botelho, o representante da família, uma vez que a mãe estava doente e inabilitada, vivendo com uma irmã com a qual não se conseguia entender. Havendo uma abertura muito maior por parte do Doutor Carlos Botelho em resolver o problema, e depois dele ter tido conhecimento do Plano de Pormenor e das intenções da Câmara Municipal, aconselhou a Câmara a avançar para o processo de expropriação, uma vez que ele não tem meios de vender directamente à Câmara, e a mãe não podia decidir. Continuando a sua explicação, disse que posteriormente, e após o falecimento da mãe, a situação manteve-se e a pedido do Doutor Carlos, foi-lhe enviado uma proposta de modo a que ele, através de um advogado, conseguisse falar com a irmã. Até ao momento não obtiveram resposta, e embora continuem as negociações, acrescentou terem necessidade de abrir uma estrada para iniciar os trabalhos de infraestruturas da Zona Industrial do Alto dos Bacos, quer eles fiquem com os lotes ou não, aquela estrada tem que ser sempre aberta. Terminou a sua intervenção, dizendo que o Código das Expropriações pode não ser o ideal, mas já é melhor que o anterior, pois já tem criadas uma série de tabelas que dão o valor aproximado de expropriação.

Não havendo mais intervenções, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, estando presentes dezassete dos seus membros, ao abrigo do disposto no número dois do artigo décimo quarto da Lei cento e sessenta e oito barra noventa e nove de dezoito de Setembro, declarar a utilidade pública da expropriação do prédio supra identificado.

Dois ponto cinco - Actividades da Câmara

O senhor **Presidente da Câmara**, disse que estavam perante dois relatórios, um que era o Relatório de Actividades da Câmara (anexo 11), chamando especial atenção não só para a questão da criação de uma empresa, na medida em que a mesma pode ser um forte contributo para a resolução dos problemas ambientais da região, como também para o facto de já ter sido lançada a primeira pedra para o aterro sanitário com a construção da nossa estação de transferência local. Relativamente à Situação Financeira da Câmara (anexo 12), referiu-se aos quatro quadros apresentados, que reflectem com rigor o estado desta fonte de receita e de todos os projectos. Acrescentou já terem entregue um milhão e seiscentos mil contos de projectos, tendo já quatrocentos e um mil contos aprovados e sessenta e oito mil contos em fase de

recebimento, já com autos de medição apresentados. Terminou a sua intervenção, referindo-se ao último quadro referente à execução, dizendo que de facto estão abaixo das expectativas e daquilo que seria desejável, sendo o quadro anterior, e em complemento com os outros, responsável pela falta de mais receitas neste período, embora se tenha recuperado nos meses de Maio e Junho.

Foi dada a palavra ao deputado senhor **Norberto Alpalhão**, que alertou o executivo camarário, relativamente à subida das soleiras das ruas da vila, uma vez que se tem notado nos meses mais chuvosos, problemas com o escoamento das águas. Fez também um reparo, no sentido de haver mais celeridade nos serviços, quando existem problemas de esgotos em casa.

O deputado senhor **Paixão** pediu a palavra, referindo-se aos resultados preliminares dos Censos dois mil e um, segundo os quais, houve um decréscimo da população no Concelho de Borba, apresentando um saldo negativo de dezoito por cento nas Freguesias urbanas, Matriz e São Bartolomeu, e um saldo igualmente negativo nas Freguesias rurais, Orada e Rio de Moinhos, de oitenta e dois por cento, o que significa que se o Concelho de Borba, estava em segundo lugar relativamente ao saldo natural, o mesmo já não acontece relativamente ao saldo migratório, levando-o a concluir que esta diminuição de residentes se deve às poucas condições que as pessoas encontram em Borba, particularmente nas Freguesias rurais. Terminou a sua intervenção, dizendo que enquanto se der prioridade a algumas obras cujas verbas são consideradas astronómicas, em detrimento de outras, continuaremos a assistir ao despovoamento das aldeias.

Foi dada a palavra ao deputado senhor **Joaquim Rézio**, que estando perante o relatório de actividades da Câmara, fez um reparo, no sentido de achar importante que na elaboração do mesmo, apenas constassem os aspectos mais importantes, mais relevantes e essenciais, de forma a não o tornar tão extenso, facilitando assim a sua leitura.

O deputado senhor **Joaquim Manguinhas**, reportando-se à intervenção do senhor Paixão, disse que embora ainda não tenha conhecimento de todos os números resultantes dos Censos dois mil e um, tem a informação que o Alentejo perdeu quinze mil habitantes, representando o Alentejo somente cinco por cento da população Portuguesa, facto que atribui não só à diminuição da taxa de natalidade, como também ao envelhecimento da população.

O deputado senhor **Carlos Cabral**, embora já tenha levantado este assunto noutras Assembleias, disse que mais uma vez o iria abordar, dado que se encontra integrado no Relatório de Actividades da Câmara, e que tem a ver com a adjudicação de lotes de terreno na Urbanização da Cerca, no Loteamento Habitacional do Pisão - Rio de Moinhos e na Zona da Cruz de Cristo, dizendo que a recusa sistemática da Câmara em ter políticas públicas sobre o solo urbano e a sua situação financeira, leva a que todas estas adjudicações sejam feitas através de leilão em hasta pública, ficando os preços de construção por metro quadrado, nos lotes da Cerca, entre vinte e dois e trinta e quatro contos, o que quer dizer que a ausência total de querer intervir na política de solo urbano, atira o preço de construção para um valor muito elevado. Terminou a sua intervenção, chamando mais uma vez a atenção para este facto, de modo a não se deixar que a especulação sobre o solo urbano, tome conta desta questão.

O deputado senhor **Moura Lopes** pediu a palavra, dizendo que a obra da Nora está adjudicada e irá arrancar brevemente, sendo interrompido pelo senhor Presidente da Assembleia, que chamou a atenção para o facto do senhor Moura Lopes, não estar no direito de responder às questões colocadas ao executivo camarário, mas sim fazer intervenções relacionadas com a Ordem de Trabalhos. O senhor Moura Lopes retomou a palavra, dizendo que os membros do PS, ao não votarem as obras de administração directa, estão a contribuir para a desertificação do Concelho. Disse ainda que a desertificação do Alentejo não é só do Alentejo, mas sim de toda a faixa interior, atribuindo isso às políticas dos sucessivos Governos. Terminou a sua intervenção, referindo-se aos terrenos que foram subsidiados como é o caso do Pisão, do Chalé, Orada e Barro Branco, que foram colocados pela Câmara no mercado, a um preço acessível. Relativamente aos terrenos da zona Industrial, disse terem sido colocados a preços muito baratos, tendo sido adquiridos por pequenos e médios empresários, que têm sentido inúmeras dificuldades na aprovação da suas candidaturas por parte do Governo.

O deputado senhor **Joaquim Rézio**, alertou também para o facto de se estar a fugir ao ponto da ordem de trabalhos, e a entrar numa discussão política global.

O senhor **Presidente da Assembleia**, interveio, dizendo que durante o seu mandato é já a segunda vez que os eleitos do PS lhe escrevem, e que ele remete as cartas para o senhor Presidente da Câmara, e que é igualmente a segunda vez que tem conhecimento que essas cartas são divulgadas às pessoas directamente envolvidas nessas questões. A primeira carta estava relacionada com uma deslocação de autocarro dos trabalhadores da Câmara, e essa carta foi distribuída aos trabalhadores da Câmara, a segunda carta estava relacionada com uma festa que decorre no momento, e essa carta foi distribuída ao Presidente da Associação em causa. Terminou a sua intervenção, dizendo ser lamentável que situações destas aconteçam, pois tal como são divulgados este tipo de documentos, também outros de maior responsabilidade o podem ser.

O deputado **senhor Paixão**, referindo-se ao que fora dito pelo senhor Moura Lopes relativamente à obra da Nora já estar adjudicada, disse que o que estava adjudicado era somente o caminho municipal mil e quarenta e um, não tendo conhecimento da adjudicação de mais nenhuma obra. Deu os parabéns à Associação Borba Jovem, pelo facto de, ao fim de tanto tempo, ter conseguido uma sede, lamentando no entanto que essas benesses não sejam alargadas às Associações das Freguesias rurais, nomeadamente à Freguesia de Rio de Moinhos, deixando ficar este apelo ao executivo camarário.

O deputado **senhor Proença**, pediu a palavra, questionando o executivo camarário relativamente ao início das obras de saneamento básico na Nora, dado que lhe foi dito primeiramente numa Assembleia, que a referida obra teria início em Abril, e provável conclusão em Julho, na última Assembleia a informação dada pelo executivo, foi que a obra teria início em Maio e seria concluída em Agosto, daí que pretenda saber quando é que efectivamente se procede ao início desses trabalhos. Terminou a sua intervenção, fazendo uma recomendação à Câmara relativamente ao abatimento que se nota no tapete asfáltico das ruas, resultante da repavimentação das mesmas, que para além de outras coisas, danifica todo o tipo de veículos.

O deputado senhor **Joaquim Manguinhas**, interveio, mostrando-se preocupado com a intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos ao dividir Borba de Santiago Rio de Moinhos, dizendo não haver necessidade de fazer separações, dado que as Associações pertencem ao mesmo Concelho.

O deputado **senhor Paixão**, como direito de resposta, disse que por também ser de Borba, gostaria que houvesse Sedes para Associações, localizadas em Rio de Moinhos.

Foi então dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara**, que referindo-se à questão das Associações, disse que foi possível encontrar um espaço vazio para instalar a Associação Borba Jovem, acrescentou no entanto, que este é um assunto aliciante, mas portador de alguns riscos. Relativamente à questão colocada pelo senhor Presidente da Assembleia, trata-se de um documento endereçado à Câmara, dizendo ser difícil para um eleito saber como foram divulgadas as cartas, pois só organizando um processo e levantando-se um inquérito aos funcionários.

O senhor **Presidente da Assembleia**, disse que para além de ter visto a carta, tinha testemunhos de pessoas que também a viram, ao que o senhor Presidente da Câmara respondeu que face a isso, poderia apresentar uma queixa da Câmara, pois está no seu direito. Relativamente à intervenção do deputado senhor Carlos Cabral, disse que na matéria de apoio à habitação e à construção, estamos a regredir, pois dos loteamentos da Nora e Barro Branco, já tiveram que devolver a receita correspondente à venda de terrenos e das obras realizadas até dezanove de Novembro de mil novecentos e noventa e nove. Quanto à atribuição directa a parceiros organizados, disse terem apoiado a Cooperativa de Habitação, sendo desejável que esta e outras entidades vocacionadas para este efeito, se mobilizem, porque os apoios através da Comunidade e através da Câmara, estão cada vez mais dificultados, acrescentando que a Câmara com o seu planeamento, tem proporcionado a particulares, o desenvolvimento da construção de habitações neste Concelho. Relativamente à questão da Nora, disse que a obra ainda não estava começada,

e tinha em sua posse o relatório de uma reunião na Comissão de Coordenação, onde o senhor Secretário de Estado lhe disse de uma forma muito pouco delicada, que a homologação dos processos estava demorada, acrescentando que este é um processo que se tem que tratar junto da população da Nora, acompanhado do senhor Secretario da Assembleia Municipal, adiantando que o teriam que reequacionar, avaliar, e eventualmente iniciá-lo, sem garantia do seu financiamento, uma vez que as pessoas não podem esperar mais. O senhor Presidente da Câmara, atribui o atraso dos processos a objectivos políticos, dizendo haver processos que foram enviados em Julho do ano passado, não sabendo ainda para que programa vão, tudo isto se reflecte num conjunto de preocupações, que a Autarquia terá que avaliar e transmitir às tutelas, dado que se está a ultrapassar aquilo que é o limite das Autarquias. Terminou a sua intervenção, dizendo que se terão que propor outros procedimentos para além da hasta pública e do sorteio, para a transmissão dos terrenos ainda disponíveis para habitação, de forma a que os interessados possam tirar os maiores proveitos disso.

Foi então dada a palavra ao senhor **Vereador Serra**, que reportando-se à ultima intervenção do deputado senhor Norberto Alpalhão, disse que o problema em causa estava acautelado, e o que iria ficar por mais uns tempos, seriam as bermas mais baixas que o alcatrão. Relativamente aos serviços de esgotos, disse não saber o que se passou, pois sendo um dos serviços prioritários desta Autarquia, e como tal, faz-se duas horas após ter sido solicitado, não compreende o porquê do atraso, no entanto irá junto dos responsáveis tentar saber o que se passou. Sobre o resultado dos CENSOS, o senhor Vereador disse ser necessário o estudo pormenorizado dos mesmos, saber quais os saldos naturais e quais os migratórios, bem como saber se foram intra ou extra Concelho. No entanto, achou importante salientar que não foi a CDU que há uns anos atrás disse que ia inverter a desertificação do Alentejo e do interior, dizendo que isto se deve ao facto de haver programas falhados como foi o caso do Proalentejo. Adiantou ainda, que se os recursos já são fracos e se depois são discriminados na atribuição dos fundos, porque são as menos povoadas, dificilmente conseguem atingir os níveis de desenvolvimento necessários. Relativamente à obra da Nora, disse que já poderia estar iniciada, se não fosse o atraso do Ministério do Ambiente que tem o processo há já dois anos e ainda não respondeu, porque o senhor Director Regional do Ambiente ainda não deu o visto. Terminou a sua intervenção, reportando-se à situação das Associações, em que também na Nora há relativamente pouco tempo, a Autarquia apoiou a instalação de uma Associação, e a Nora faz parte da Freguesia de Rio de Moinhos e do Concelho de Borba.

Como direito de resposta, foi dada a palavra ao deputado **senhor Proença**, que acreditando no que foi dito pelo senhor Presidente da Câmara, disse que há muitos anos que o vem alertando para a situação da Nora, acrescentando que quando o senhor Presidente da Câmara tomou posse, já o problema existia.

O deputado senhor **Joaquim Manguinhas**, dirigindo a palavra ao deputado senhor Proença, disse-lhe que por uma questão de valores, deveria divulgar junto do povo da Nora, que para aquele problema ser resolvido, é necessário dinheiro, muito embora a candidatura já esteja feita, está "emperrada" por culpa do Governo.

O deputado senhor Proença, retomou a palavra, dizendo que nunca poderia dizer que a culpa não era do senhor Presidente da Câmara, uma vez que quando o senhor Presidente tomou posse no primeiro mandato, o problema já existia, e como prioridade que é, deveria ter sido resolvido.

Foi dada a palavra ao deputado **senhor Paixão**, que disse que a verdade teria que ser absoluta, e não querendo desacreditar na informação dada, acha que não é de qualquer maneira que se trava um processo, tem que haver uma razão.

O deputado senhor **Carlos Cabral**, declarou ser um crítico deste Governo, que é o governo do Partido a que pertence. Referindo-se à tese defendida quer pelo senhor Presidente da Câmara, quer pelo senhor Vereador, quer pelo deputado senhor Joaquim Manguinhas, disse não ter conhecimentos suficientes para dizer se a mesma é válida ou não, no entanto, declarou publicamente ser contra expedientes desse tipo. Relativamente à água da Nora, disse não ser uma questão só deste expediente, mas sim de prioridades políticas, pois governar é sempre escolher. Do seu ponto de vista, o saneamento básico da Nora é uma prioridade, enquanto que, prioridade para o executivo camarário, será a construção de lancis, de pilares e os arruamentos. Terminou a sua intervenção, dizendo que por estas escolhas, cada um em Dezembro vai ser julgado eleitoralmente, pois em democracia o grande julgamento é o voto do povo.

O deputado senhor **Joaquim Manguinhas**, interveio, dizendo que de facto em democracia é o povo quem decide, no entanto, os "líderes de opinião" terão que ser honestos. Nesta Assembleia o senhor Proença tem sido o "líder de opinião" relativamente às questões do aglomerado da Nora, pelo que tem obrigação

perante a Assembleia e o povo da Nora dar aquela informação.

Foi dada a palavra ao deputado senhor **Carlos Cabral**, que perante a intervenção anterior, disse que de facto o deputado senhor Proença tinha o direito de contar toda a história, mas desde a primeira vez que se falou no assunto, até às opções tomadas para não o resolver.

O deputado senhor **Joaquim Rézio**, perante a morosidade do ponto, disse que se estava basicamente a discutir política, achando que é um assunto se deverá discutir na devida altura.

O senhor **Presidente da Assembleia**, deu espaço de intervenção ao público. O senhor **Francisco Ratinho**, pediu a palavra, para perguntar ao senhor Presidente da Câmara em que situação estava o Centro de Saúde de Borba. Seguidamente, fez referência ao facto da Comissão de Bases de Saúde, ter pedido à Câmara Municipal um espaço onde pudesse reunir, e passados dois anos, a situação continuar igual. Seguidamente, o senhor Idalício Guégués pediu a palavra, perguntando ao executivo camarário, se a rua onde morava também seria alcatroada, alertando para o facto de estar lá uma parede quase a cair.

O senhor **Presidente da Câmara**, relativamente à intervenção do senhor Francisco Ratinho, disse que a questão do Centro de Saúde tem vindo a ser acompanhada pela Câmara nos últimos tempos, tendo-se tomado algumas medidas positivas, no sentido deste assunto ser resolvido, embora não haja verbas este ano em PIDDAC para a resolução desta obra, no entanto, o processo já foi recebido pelo Ministério da Saúde e pela Sub-Direcção Regional, estando já a ser desencadeado o processo de expropriação, que é muito semelhante, em termos de proprietários, ao processo da Zona Industrial. Só que neste processo, só o dono da obra, ou seja o Ministério da Saúde, é que pode expropriar, a Câmara não tem legitimidade para o fazer. Acrescentou que, quer do ponto de vista técnico, quer do ponto de vista jurídico, os processos estão a andar e certamente o PIDDAC do ano que vem, irá contemplar verbas suficientes para este projecto. Relativamente ao espaço para a Comissão de Bases de Saúde, disse ser um facto a importância do mesmo de modo a que as coisas funcionem da melhor maneira, no entanto, e como existem muito mais Associações a serem criadas, a Autarquia adquiriu há pouco tempo um prédio no alto da Praça, com vista à satisfação de algumas solicitações que aparecerem nesse sentido. Relativamente à intervenção do senhor Idalício, o senhor Presidente da Câmara disse que de certo a rua iria ser alcatroada, não podia era ser tudo ao mesmo tempo. Quanto ao arranjo da parede, disse que iriam notificar o proprietário de modo a que este proceda ao seu arranjo.

Como não houve mais intervenções, e de acordo com a Lei cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, artigo noventa e dois, parágrafo terceiro, o Presidente da Assembleia, leu a minuta da acta a aprovar, colocando-a seguidamente à votação, a qual foi aprovada por unanimidade.

O senhor **Presidente da Assembleia**, deu então por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta que será enviada aos membros da Assembleia, com vista à sua aprovação na próxima sessão.

Documentos anexos a esta acta:

ÆJustificação de falta da deputada senhora Maria João Lopes (anexo 1)

ÆPedido de justificação do deputado senhor Joaquim Cardoso (anexo 2)

ÆJustificação do deputado senhor Artur Pombeiro (anexo 3)

ÆRelação da correspondência recebida/expedida (anexo 4)

ÆMoção apresentada pelos eleitos da CDU (anexo 5)

ÆEsclarecimento do senhor Presidente da Assembleia à população de Borba (anexo 6)

ÆActa 13/2001 (anexo 7)

ÆActa 12/2001 (anexo 8)

ÆAlteração ao Plano Director Municipal - Regime Simplificado (anexo 9)

ÆPedido de Expropriação de parcela de terreno na Zona Industrial do alto dos Bacelos (anexo 10)

ÆRelação das actividades da Câmara (anexo 11)

ÆSituação Financeira da Câmara Municipal (anexo 12)

Borba, 29 de Junho de 2001

O Presidente da Assembleia Municipal:
Ângelo João Guarda Verdades de Sá

O Primeiro Secretário O Segundo Secretário
Ivone da Conceição B. Espiguinha) (António J. Moura Proença